

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES****Secretaria Executiva****Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT****Comitê Gestor do Fundo Setorial de Infraestrutura – CT – INFRA****ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE INFRAESTRUTURA – CT-
INFRA**

Abertura: Aos 16 dias do mês de março de 2021, às 9:30hs, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, foi iniciada a reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Infraestrutura CT-INFRA, com a participação dos seguintes Conselheiros: **Carlos Alberto Flora Baptistucci** - MCTI/Presidente do Comitê Gestor; **Maria Zaira Turchi** – CNPq; **General Waldemar Barroso Magno Neto** – Finep, **Glaucius Oliva** – Comunidade Científica/SBPC; **Mauro Martins Teixeira** – Comunidade Científica/ABC, além de contar com a presença dos seguintes convidados: Heloisa Hollnagel – Capes; os servidores da Finep: Adriano Alves Faria Lattarulo – Diretor Financeiro, de Crédito e Captação, Marcelo Silva Bortolini de Castro – Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Janaína Prevot Nascimento – Superintendente da Secretaria Executiva do FNDCT, Ricardo Rosa – Superintendente da Área de Infraestrutura e Pesquisa Básica, e Felipe A. Caetano de Bastos – Assessor da Presidência, além dos servidores do MCTI: Thales Marçal Vieira Netto – Chefe de Gabinete da SEMPI, Felipe Belucci – SEMPI, Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI, Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – CGGF, Paula Regina Comin Cabral, Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF, Lilian Rose Peters – Coordenadora de Monitoramento e Informações-Substituta – COMON, Elenice Teresinha Thomas Carvalho – Assistente Técnico/COGEF e Sílvia Cássia da Silva da CGGF. A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo Adjunto do MCTI e Presidente do Comitê Gestor, Carlos Alberto Flora Baptistucci que deu boas-vindas a todos os membros e participantes. Na oportunidade, informou que a Finep fará uma apresentação sobre o acompanhamento das ações do CT-Infra. Na sequência, o Sr. Waldemar Barroso saudou a todos e passou a palavra ao Sr. Marcelo Bortolini que fez a introdução falando que desde 2001 até agora, o CT-Infra vem aportando uma grande quantidade de recursos a fim de auxiliar no impulsionamento da ciência e tecnologia brasileira. Dada a palavra ao Sr. Ricardo Rosa da Finep, para que fizesse a apresentação do primeiro item da pauta: **apresentação do acompanhamento das ações do CT-Infra**. Na oportunidade, falou sobre o aporte de recursos do CT-Infra, informando que desde 2001 foram aportados cerca de 3,5 bilhões de reais e deste montante, mais de 3 bilhões já foram totalmente desembolsados, para aproximadamente 1.800 projetos, atendendo a quase todas as ICTs brasileiras, com recursos do CT-Infra. Na sequência, fez uma apresentação de todas as ações implementadas desde o ano de 2001, em que ocorreu a primeira chamada. Dando continuidade, destacou a importância do CT-Infra, que é responsável por captar 20% dos demais fundos, com exceção do CT-Amazônia. Fez um detalhamento de todas as ações implementadas desde o ano de 2001 e falou acerca da primeira versão do CT-Infra Institucional no valor de 101 milhões, e da última ação com recursos do CT-Infra que ocorreu no ano de 2018: o CT-Infra Temático. Ressaltou que praticamente todas as ICTs foram contempladas com recursos do CT-Infra. Destacou ainda que as instituições, com apoio do CT-Infra, passaram de 115 para 231 no ano de 2020, dados que demonstram a importância deste fundo, contribuindo para a redução das assimetrias regionais. A seguir, demonstrou o detalhamento das ações do CT-Infra e informou que dos R\$ 3,5 bilhões em projetos aprovados, desde 2001, mais de R\$ 1,3 bilhões, representando cerca de 36%, foram destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na sequência, apresentou o detalhamento da carteira vigente, formada por 397 projetos, dos quais 225 se encontram totalmente desembolsados, 52 projetos que estão em fase de contratação se relacionam a chamadas de 2018, representando o valor de R\$ 66 milhões, porém, ainda não houve a priorização do CD/FNDCT para estas chamadas, e por este motivo, estes projetos ainda não foram contratados. Dando continuidade, citou alguns exemplos de sucesso realizados com recursos do CT-Infra: UNIFESP (Prédio II de Pesquisa em Biologia Celular e Molecular); Espectrômetro de Ressonância Magnética 900 Mhz no CENABIO da UFRJ; Centro de Pesquisa em Óptica e Fotônica da UNICAMP; na Universidade Federal Fluminense – UFF o acelerador de partículas que utiliza carbono 14 é um dos poucos equipamentos existentes no Brasil; IPEV (Instituto de pesquisas e ensaios em voo;

ITA – Centro de Competência em Manufatura (CCM); Universidade Estadual do Maringá, o Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa – COMCAP (construído com recursos da Finep e considerado um projeto muito relevante, com infraestrutura multiusuário); na UFRGS (Centro de Reprodução e Experiência Animal); HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre (ampliação da infraestrutura de pesquisa clínica), Hospital de Clínicas da USP e Hospital de Clínicas de Ribeirão Preto, UNB (Microscópio Eletrônico de Varredura); Universidade Federal de Grandes Dourados - UFGD (Laboratório de Pesquisa de Ciência da Saúde); Universidade Federal de Mato Grosso – FUFMT (Centro de Pesquisas de Agricultura Tropical); Universidade Federal da Bahia – UFBA (Sistema de Computação de Alto Desempenho); UFPB - Universidade Federal da Paraíba (Prédio do Centro de Pesquisa Clínica e Farmacoterapia); UFRSA (Centro de Pesquisas em Ciências Vegetais do Semiárido); MPEG (Museu Emílio Goeldi) e CEPEM (Espectrômetro de Massa). Antes de dar prosseguimento à apresentação, o Presidente do Comitê Gestor, Sr. Baptistucci aproveitou o ensejo para comunicar a atuação do Sr. Ministro em prol do PLP 135, transformado na LC 177, mas que infelizmente no último instante, houve o veto do Ministério da Economia de dois itens considerados muito caros pelo MCTI. Destacou ainda, que o Ministro realizou gestões junto ao Palácio do Planalto e que provavelmente o veto será derrubado, fazendo com que estes recursos não sejam colocados em reserva de contingência. Na sequência, a Sra. Janaína da Finep prosseguiu com a apresentação sobre o item 2 da Pauta: **Visão Orçamentária e financeira do FNDCT/CT-Infra** informando que apresentaria a situação da execução orçamentária e financeira do FNDCT no ano de 2020 e as perspectivas do CT-Infra para 2021, tomando como base o cenário da PLOA, que está em tramitação no Congresso Nacional. Demonstrou a arrecadação realizada pelo fundo em 2020, em torno de R\$ 7,2 bilhões, esclarecendo que foi um resultado acima do projetado pela SOF para o exercício. Informou que no ano de 2020, o orçamento realizado pelo FNDCT foi de R\$ 934 milhões incluindo R\$ 326,5 milhões destinados pelo Governo Federal para o combate ao Coronavírus. Dando prosseguimento, informou que a execução se manteve com o que já havia sido observado nos exercícios anteriores, representando um patamar acima de 99%, mesmo exemplo do que ocorreu com a execução financeira, onde o FNDCT executou 99% dos recursos disponibilizados no exercício, que foi uma execução superior ao observado em 2019. Prosseguiu fazendo uma contextualização acerca dos fatos: a execução do CT-Infra, no ano de 2020, foi em torno de 75 milhões no ano de 2020 e em 31 de dezembro, havia no caixa do FNDCT (tesouro nacional) em fontes vinculadas ao Fundo, aproximadamente R\$ 8 bilhões relativos ao CT-Infra. Mencionou ainda que a partir da transformação do FNDCT em fundo financeiro, por meio da LC 177, estes recursos passam a ser aplicados na conta única do tesouro nacional, gerando rendimentos para o Fundo. Em seguida, demonstrou um perfil da execução de 2020, onde houve a chamada de temáticos, responsável pela maior parte da execução do fundo no exercício, restando ainda um total de R\$ 36 milhões inscritos em restos a pagar, apesar da execução observada no período em relação aos restos a pagar ter sido de 62%. Informou que ainda restam R\$ 36 milhões, já empenhados, aguardando a chegada das liberações por parte dos convenentes. Após essas colocações, falou que o cenário para 2021 trata-se de uma projeção dos compromissos do Fundo para o ano de 2021, porém, não significa que toda a demanda de R\$ 197 milhões seja realizada, pois são projetos já contratados pela Finep, considerando que muitos projetos contemplam uma parcela no ano de 2021, ressaltou que se trata de uma projeção, e poderá haver alguma frustração acerca destes valores. Informou ainda que a demanda para o Fundo no exercício é de R\$ 197 milhões, para um orçamento da PLOA, que está em tramitação até o momento, de R\$ 76,5 milhões, para 2021. Em relação a demanda contratada para o CT-Infra no exercício de 2021, mais os dois exercícios seguintes, a demanda total é de aproximadamente R\$ 300 milhões do orçamento a consumir do Fundo, levando-se em consideração que o todo o contratado será realizado conforme o esperado. A seguir, informou as demandas que serão analisadas na sequência: **a Rede Submarina - Bella BR** (demanda de 28 milhões) e o **Centro Nacional de Tecnologia para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras** (demanda de 6 milhões para 2021). Em seguida, o presidente do Comitê questionou aos membros se existia algum ponto acerca da questão orçamentária que precisava ser esclarecido e informou havendo a derrubada do veto, provavelmente não haverá problemas orçamentários no FNDCT durante um bom período. Com o uso da palavra, o Sr. Glaucius questionou sobre os R\$ 8 bilhões já depositados no Tesouro Nacional, acerca da transformação do FNDCT em fundo financeiro - pergunta se esta questão já está consolidada e independe dos vetos eventualmente votados pelo Congresso Nacional. Em seguida, a Sra. Janaína esclareceu que a parte da transformação do fundo financeiro já está em funcionamento e independe dos vetos. Retornando, o Sr. Glaucius questionou se somente os rendimentos da aplicação de 8 bilhões poderão ser utilizados? A Sra. Janaína esclareceu que sim, mediante correspondência orçamentária. O Sr. Baptistucci esclareceu que caso ocorra a derrubada do veto, o MCTI está em busca de um espaço orçamentário, e informou que após a transformação do FNDCT em fundo financeiro, haverá disponível algo em torno de R\$ 28 bilhões e que hoje não há espaço orçamentário para esse montante, a lei garantirá o espaço orçamentário para os valores arrecadados ao longo do ano e prosseguiu falando que os rendimentos estão vinculados ao espaço orçamentário, que não está garantido na lei e que o MCTI buscará junto ao ME a utilização destes recursos no ano seguinte, em função do superávit do Fundo e concluiu falando sobre a importância de garantir fluxo de recursos para os projetos anuais.

O Sr. Glaucius informou que as dúvidas foram sanadas, e faz um questionamento técnico sobre o derrubada do veto: ainda que o veto seja derrubado, a execução anual orçamentária dependerá do decreto do governo e das liberações para empenho? O Sr. Baptistucci esclareceu que com a derrubada do veto, o MCTI buscará a inserção destes valores no orçamento (hoje não previstos no projeto de lei que está em votação), será uma briga burocrática, com a lei existente hoje, o recurso orçamentário não será contingenciado e finalizou informando que como a arrecadação tem um fluxo de previsão mensal, provavelmente a utilização do financeiro deverá seguir a previsão de fluxo de arrecadação, acreditando que não haverá problemas relacionados ao fluxo de desembolso financeiro, dada sua experiência na área. Esclarecidos os pontos, foi feita a inversão da pauta e inicialmente será apresentado o item **3.2: Implantação da ciberinfraestrutura Bella.br – cabo submarino entre Brasil e Europa interligando diretamente cerca de 1.600 campi de organizações usuárias do Sistema RNP ao sistema europeu de redes nacionais de pesquisa.** O Sr. Thales, Chefe de Gabinete da SEMPI iniciou a apresentação falando sobre o objetivo do projeto Bella BR que é o de conectar saída direta de rede de comunicação de internet do Brasil ao continente Europeu; conectar com alta qualidade cerca de 1.600 campi de organizações, usuárias do Sistema RNP ao Sistema de Comunicação Europeu e Asiático; gerar capacidade de comunicação inicial de 100 Gigabit/segundo, em junho/2021, podendo se expandir até 4,5 Terabit/segundo ao longo dos próximos 25 anos, sem custos de manutenção. Aumentar a competitividade de grupos de pesquisa básica, em vários campos, nos grandes projetos de ciência e no desenvolvimento e experimentação de tecnologias digitais; tornar sustentável e ampliar o Sistema RNP para atender a demanda crescente da pesquisa, inovação, e educação no período de 25 anos para aplicações altamente demandantes de comunicação e colaboração internacional. Dando sequência falou sobre a criticidade da implementação: para aumentar a segurança dos dados, reduzir o tempo de tráfego da ligação da pesquisa brasileira em âmbito global (especialmente com Europa e Ásia); para sustentar a demanda por crescimento atual e futuro dessa integração global, pela redução de gastos recorrentes e ampliação de capacidade em 25 anos com custos marginais (sem manutenção e operação); para integrar os fluxos de dados de pesquisa com os países fronteiriços e consolidar a infraestrutura de pesquisa do Brasil como *hub* global na região. Na sequência, falou sobre o valor da contrapartida Brasileira: valor solicitado ao FNDCT em 2021, cerca de R\$ 28,2 milhões; o governo brasileiro já investiu, desde 2018, cerca de 60% do valor da contrapartida de 8,9 milhões de Euros; a Comissão Europeia já investiu cerca de 25 milhões de Euros. Dando continuidade, o Sr. Thales expôs os riscos do não cumprimento da contrapartida: desestruturar a cooperação intrarregional e inter-regional em redes de pesquisa, postergando a solução de ampliação de conectividade para Europa – o Brasil é o único país da região que realiza contrapartidas desde 2018; limitar a oferta para o Sistema RNP de infraestrutura para integração global e torná-lo dependente, em longo prazo, de preços do mercado internacional; paralisar a finalização da integração transfronteiriça para o Brasil e as redes de educação e pesquisa da Argentina, Chile, Equador e Colômbia; perder as vantagens adquiridas no início da negociação realizada com a Europa para a construção da infraestrutura. Encerrada a apresentação do projeto Bella BR, o Sr. Thales abriu para eventuais dúvidas. O Presidente de Comitê deu a palavra aos membros e na sequência, o Sr. Glaucius falou sobre os méritos do projeto apresentado, especialmente aos benefícios que trará a toda comunidade científica, no entanto, abordou o aspecto de o projeto ter uma transversalidade no sistema de ciência e tecnologia do país, bem como de outros sistemas como defesa e cultura. Além disso, destacou que o cabo já está passado, o valor solicitado refere-se às etapas finais para a entrada em operação do projeto ainda este ano, e parece ser inevitável que o Brasil cumpra esse compromisso, no entanto, o único questionamento é acerca de o CT-Infra arcar com todos os custos dos projetos. Apontou ainda que, nitidamente se trata de um projeto de infraestrutura de pesquisas, portanto o escopo compete ao CT-Infra e talvez neste caso, deveria ser priorizada a modalidade de chamadas pública, crítica esta, que fará ao próximo projeto a ser apresentado. No seu ponto de vista seria justificável este projeto ser realizado pela modalidade de encomenda, pois trata-se de uma OS Interministerial, onde já é destacado na carta proposta do projeto. No entanto, seria interessante trabalhar em conjunto com o Ministério da Saúde, Ministério da Defesa e Secretaria Nacional de Cultura do Ministério do Turismo. Questionou que se a Conexão Brasil/Europa será utilizada por estes diferentes atores, em especial pelas Universidades, o custo deveria ser compartilhado com todos. Como o MEC coordena toda a rede universitária brasileira deveria dar algum tipo de contribuição para esse projeto de conexão entre o Brasil e a Europa, eventualmente, outros Ministérios, como o Ministério da Saúde e da Defesa, principalmente no atual cenário de pandemia, onde a conexão entre instituições de pesquisa do Brasil e do exterior são tão importantes. Na sua opinião, acredita que o custo não deva recair exclusivamente no CT-Infra. Mesmo com a perspectiva de ampliação do cenário orçamentário, ainda existem outras questões pendentes. Destacou ainda que tem acompanhado o andamento da PEC 186, dos fundos, onde no ano passado, houve a exclusão do FNDCT da PEC dos fundos, no Senado Federal, no entanto, a Câmara recuou. Isso significa dizer que os fundos incluídos nessa PEC terão que transferir o superávit para quitar a dívida pública. O Sr. Glaucius finalizou demonstrando preocupação com relação ao valor de R\$ 5 bilhões para a execução do FNDCT e acredita que essa conta de R\$ 28 milhões do Projeto Bella BR deveria ser compartilhada,

principalmente com o MEC. Em seguida, o Sr. Baptistucci prestou alguns esclarecimentos acerca da promulgação da PEC: quando há supressão de algum item ou artigo, não há necessidade de voltar para o Senado. Em relação à questão da divisão dos custos com os demais Ministérios, explicou que atualmente são 15 os comitês gestores e o CT-Infra recebe recursos de praticamente todos os outros comitês. O principal argumento utilizado pelo Ministro com os demais Ministros da Esplanada para que fossem favoráveis à derrubada do veto, é de que o FNDCT atende às demandas na área de CTI de todo o país e de todos os Ministérios e que, com esse argumento, dividir a conta com os demais Ministérios, não seja viável. Falou ainda sobre a questão das arrecadações que são multisetoriais e abastecem o FNDCT e destacou a questão da prioridade da aprovação destes projetos nesta reunião do CT-Infra e caso haja disponibilidade orçamentária, posteriormente esses projetos vão entrar na fila e só serão executados se tivermos o veto derrubado, ou algum espaço orçamentário para implementá-los. Ressalta que as propostas ainda serão submetidas ao CCF e apresentadas ao CD/FNDCT e reitera sobre a importância destes projetos serem aprovados, no mérito, nesta reunião. Em seguida, abriu a palavra aos demais membros do CT-Infra para eventuais dúvidas e o Sr. Mauro Martins Teixeira, com a palavra, reforçou o que já foi dito pelo Sr. Glaucius. Entendeu a importância dos benefícios da rede do projeto Bella BR, porém destacou que para a implementação deste projeto deve haver a disponibilidade de recursos. Citou que hoje não é a capacidade de comunicação que limita a qualidade da ciência brasileira, e sim outras coisas que pesam mais. Continuou falando que as universidades estão em crise e que uma parte muito significativa de recursos está sendo utilizada para este projeto, no entanto, entendeu a importância de mérito do projeto, porém também alertou sobre a importância de existirem os editais para os projetos apresentados, também sente falta da avaliação por revisores especialistas no tema, com elaboração de parecer técnico/científico. O Sr. Baptistucci esclareceu alguns pontos sobre o projeto RNP, que será apresentado a seguir e ressaltou ser um consórcio que já está em andamento, e com vistas a evitar atrasos, não haveria como fazer de outra forma, também falou acerca das demandas das universidades, que de certa forma, sempre são atendidas através dos editais da Finep. Com a palavra, a Sra. Maria Zaira Turchi do CNPq, falou sobre a importância em criar infraestrutura de pesquisa no Brasil inteiro e destacou a relevância do CT-Infra na atuação dos editais, reforçando a importância do projeto Bella BR. Também ponderou que se trata de um projeto prioritário neste momento, visto que já existe uma parceria internacional, e em caso de rompimento, poderá ter impactos futuros, pois trata-se de um projeto indispensável para a pesquisa, para as universidades e sua interrupção poderá comprometer os serviços da RNP, sem contar que não honrar compromissos internacionais de participação em consórcios é muito ruim para o Brasil. Prosseguiu falando que este projeto tem uma característica de internacionalização muito relevante para as universidades e em que pese os argumentos de que ele atende as instituições cuja responsabilidade maior está em outros Ministérios, o argumento do Ministro para os vetos tem uma força relevante neste momento, características estas, que tornam o projeto prioritário, e sua descontinuação trará implicações futuras, tornando-se um grande prejuízo. A Sra. Maria concorda com o posicionamento adotado pelo Srs. Glaucius e Mauro, no entanto, dada a situação atual, é um projeto prioritário para ter o apoio do CT-Infra. O Sr. Waldemar da Finep, também pontuou a importância do CT-Infra, que já são cerca de vinte anos de investimento na área da ciência e destacou a importância do projeto RNP, alertando que cada vez somos mais dependentes de recursos tecnológicos e da transmissão de dados de informações. Entendeu ser importante o Ministério honrar com este compromisso já assumido e com a previsão de descontingenciamento do FNDCT, pontuou que as prioridades serão definidas pelo Conselho Diretor e ponderou também acerca da questão do mérito do projeto (encomenda) informando que os documentos serão apreciados por comitê "ad hoc" externo que colabora com a Finep, com vistas a verificar se a proposta está de acordo com a demanda do TR. Ressaltou que a carta proposta vai ao encontro com as ações transversais do MCTI e caso estejam dentro das prioridades, manifestou ser favorável ao prosseguimento do projeto da forma em que está sendo apresentada. Na sequência, o Sr. Glaucius solicitou que alguns pontos sejam esclarecidos: atualmente existem R\$ 197 milhões de compromissos já contratados para o CT-Infra, que são dependentes de liberação financeira e 52 projetos estão em contratação, demandando o montante de R\$ 66 milhões, do edital temático. Com a sugestão do Sr. Baptistucci de que caso o projeto Bella BR da RNP seja aprovado, os demais irão para o final da fila, fez esse questionamento ao mesmo tempo em que demonstrou preocupação com os projetos já aprovados anteriormente e que aguardam liberação de recursos. O Sr. Marcelo Bortolini da Finep fez uma explicação detalhada e mencionou que pode acontecer de muitos projetos se arrastarem por anos a fio e informou ainda que dos R\$ 197 milhões previstos para 2021, muitos deles não estavam sequer previstos para 2021 e sim, para muitos anos atrás, mas que vêm se arrastando ano a ano. Explicou ainda, que em média 50% destes projetos atrasam e não seguem a programação orçamentária prevista, e que grande parte dos recursos necessários, não serão utilizados, visto que para haver a liberação dos recursos, é necessário a solicitação por parte da instituição, coisa que em muitos casos, não acontece. Possivelmente metade da demanda de recursos previstos como necessários, não deverá ocorrer. O Sr. Glaucius solicitou à Finep a lista dos projetos aprovados, dos R\$ 197 milhões já contratados e que aguardam liberação. Na sequência, o Sr. Bortolini informou que da carteira contratada, não restou nenhuma pendência em 2020, onde

todas as solicitações de recursos foram liberadas e não há nenhum pedido de liberação de recursos que não tenha sido atendido, explicando ao Sr. Glaucius que se trata da carteira contratada, e reforçou que não ficou nenhuma pendência no ano de 2020, todas as solicitações de recursos foram liberadas. Esclareceu que o Sr. Glaucius deve estar se referindo às chamadas de 2018 que não foram priorizadas em 2019 e 2020, e por este motivo, não foram contratadas. Informou que não existe fila de espera, porque elas sequer foram contratadas. Esclarecidos estes pontos, o Sr. Mauro, questionou se não era o caso de haver o lançamento de novos editais, e se mostrou um pouco receoso, pois acredita que o Comitê deveria fazer um *drive* dos novos editais e novas contratações, ao invés de aguardar demandas externas. Entendeu a demanda, porém, disse que é possível verificar nitidamente a queda de recursos para o CT-Infra, falou ainda sobre a falta de equipamentos nas universidades e reiterou que os investimentos em infraestrutura envolvendo pesquisa, precisam ser repostos periodicamente. Com a palavra, o Sr. Waldemar da Finep, explicou que em 2019 não houve novas chamadas, visto que foram assumidos compromissos de anos anteriores, como já foi amplamente discutido do CD/FNDCT. No ano de 2020, foram cerca de R\$ 114 milhões para novas chamadas e atualmente, pela PLOA a demanda é de R\$ 510 milhões, totalizando 118 milhões com as demandas contratadas. Destacou que o CT-Infra faz o encaminhamento das demandas e no CCF as prioridades são definidas. Sobre novas chamadas, existe a expectativa de descontingenciamento e quebra do veto do PLP 135, ressaltou que estão ocorrendo novas chamadas de lançamento de projetos executivos para que os projetos sejam mais consistentes e tenham continuidade. Dando sequência, o presidente do Comitê retoma o item **3.1 da Pauta: Implantação do Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras (CNT-MCTI)**, que será apresentado pelo Sr. Felipe da SEMPI, que iniciou a apresentação falando sobre a capacidade articuladora desta iniciativa e citou alguns pontos desta temática: Tecnologia assistiva/pessoa com doenças raras. Abordou o primeiro ponto acerca da legalidade do MCTI nesta temática: registrado no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é um plano a nível de Governo Federal onde existe a previsão do Programa Nacional em Inovação de Tecnologia Assistiva. Informou que de 2012 a 2018 o Ministério apoiou duas grandes iniciativas: o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA-CTI Renato Archer) e as Redes Nacionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (RNPDTA); estas foram duas grandes iniciativas do MCTI até 2018, no entanto, eram fundamentalmente centradas na criação e fortalecimento de pesquisa do país e recursos humanos na área de tecnologia assistiva. Com a entrada do Ministro Marcos Pontes ao Ministério, ele percebeu que o MCTI contava com excelentes recursos humanos e competências de ciência e tecnologia, no entanto, estas competências não estavam chegando ao final da linha, com isso, resolveu repensar a tecnologia assistiva de outra forma, e no final de 2019, encabeçou o Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras, ancorado no CINTESP, na Universidade Federal de Uberlândia. Este Centro já atua há pouco mais de quinze anos na temática da pessoa com deficiência, mais especificamente voltado ao esporte e qualidade de vida. A ideia é que haja a ampliação deste escopo e de todas as competências geradas, este centro será um centro de gestão de todas estas competências. Em 2020 o CNT foi criado, com sede em Uberlândia e no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, foi anunciado. Na sequência, o Sr. Felipe faz a apresentação de dois vídeos, demonstrando as competências do CINTESP e informa que dentre os projetos estão: cadeira de rodas para atletas paraolímpicos; ergômetro para cadeirantes; treinamento muscular com vibração mecânica; sistema de avaliação do gradiente térmico em lesados medulares; calhas para bocha paralímpica; elevador para transferência de pessoas com deficiência; cadeiras de rodas anatômicas otimizadas, dentre outros. Na sequência, demonstrou um vídeo da maquete virtual do Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas Com Deficiência e Doenças Raras e posteriormente, informou que o centro foi pensado para atuar em um conjunto de dimensões, mais especificamente voltado à saúde, vida diária, esporte e lazer. Informou sobre os objetivos do CNT e que o foco são as pessoas com deficiência e doenças raras. Com relação a questão orçamentária, o CNT está orçado em um valor total de R\$ 39 milhões, porém, tem uma participação ativa dos demais Ministérios, dentre eles o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Saúde e da Cidadania. Dando continuidade, esclareceu que ao longo do último ano, o MCTI já fez um aporte da ordem de R\$ 3,5 milhões, e está pleiteando R\$ 11 milhões junto ao CT-Infra, representando 40% do valor total do projeto. O restante do montante está sendo pleiteado junto aos Ministérios já citados. O montante de R\$ 11 milhões seria destinado a parte de infraestrutura e operação dos laboratórios, enfatizou também que aquela infraestrutura foi articulada, pelo CINTESP, pelo Ministério e pelo Grupo Algar (que fez a sessão da estrutura física por um período de 20 anos). Caso a contrapartida viesse toda do governo, o montante seria de R\$ 134 milhões. A Universidade Federal de Uberlândia entraria com o terreno, pessoal administrativo e segurança que contam com a ordem de R\$6 milhões, o projeto total tem uma expectativa de R\$ 177 milhões, sendo que R\$140 milhões deles vem da iniciativa privada e da Universidade Federal de Uberlândia. Dos R\$ 37 milhões, R\$ 14 milhões viriam do MCTI e FNDCT, e os outros R\$ 23 milhões seriam uma contrapartida de outros Ministérios. Finaliza a apresentação com algumas imagens do Centro. Aberta a palavra aos membros do Comitê para perguntas e observações, o Sr. Glaucius, na condição de representante da comunidade científica, informou que se sente muito desconfortável

em não ver este projeto ser apresentado na forma de um edital. Destacou que o próprio MCTI já possui centros que fazem tecnologia assistiva com alta qualidade, como é o caso do INT e do CTI Renato Archer (com exceção do esporte), que se trata de uma linha bem específica, no entanto, com esta contrapartida e estas competências, o projeto seria mais transparente para toda a comunidade científica. Voltou a destacar a importância do tema, no entanto, acredita que este projeto poderia ser objeto de uma chamada pública, visando manter a impessoalidade e excelência, princípios norteadores da Administração Pública. Na sequência, o Sr. Baptistucci informou que dificilmente este projeto fará parte de uma encomenda, visto que ele tem a participação de vários Ministérios e da iniciativa privada aportando recursos. Informou ainda que o MCTI está se adaptando para regular os projetos com encomendas tecnológicas, e acredita que este ano será possível a realização da primeira encomenda tecnológica, segundo a nova legislação. Após as colocações, o Sr. Felipe da SEMPI fez uma contextualização e informou que em 2019/2020 o Ministro visitou alguns dos principais centros de tecnologia assistiva do MCTI, inclusive as instalações localizadas em Uberlândia. O que pesou muito para a escolha do local foi a parte científica, capacidade de articulação e competências já desenvolvidas no local, bem como o conjunto de contrapartidas que estavam sendo colocadas à disposição, caso o centro fosse implantado naquele local. Finalizou informando que este centro vem sendo discutido em alguns comitês. Na sequência, o Sr. Mauro com a palavra, entendeu que se trata de um tema muito importante, no entanto, não consegue entender o porquê de a escolha do local ser a cidade de Uberlândia. Destacou ainda a necessidade de haver um parecer técnico e informou não saber precisar se realmente este seria um bom projeto, do ponto de vista técnico, dada a ausência de um parecer. Informou ainda que esta avaliação deve ser feita por pares, e reiterou a necessidade de o projeto ter um edital, com uma avaliação adequada e mais aprofundada do tema. O Sr. Felipe informou que o objetivo foi demonstrar a importância desta pauta ressaltando que na época da escolha do local, houve uma análise interna do Ministério. Informou também que a decisão foi baseada em um parecer técnico, há época realizada pela SETAP, demonstrando que havia competências técnicas necessárias dentro do centro e com esse escopo de projeto. Finalizou informando que houve um embasamento técnico para a escolha do local. O Sr. Mauro solicitou que a apresentação dos dados técnicos ora informados fossem apresentados aos membros. Na sequência, o Sr. Felipe esclareceu que estes documentos são públicos e poderão ser compartilhados com os membros do Comitê. Em seguida, a Sra. Maria informou que como representante do CNPq, e com todo o conhecimento e experiência da comunidade científica, com a experiência de fomento por meio de chamadas públicas, reitera que este é um modelo de encomenda reconhecido pelo CNPq, com excelência e expertise em conduzir estes processos, com a avaliação por pares, em chamadas nas diferentes áreas, com diferentes parceiros, sendo uma forma de defender e manter a transparência e avaliação de excelência por pares. Destacou ainda, que os apontamentos levantados pelo Sr. Glaucius e pelo Sr. Mauro são de suma importância e precisam estar sempre presentes nas ações e programas de fomento à ciência, tecnologia e inovação. Em contrapartida, defendeu a modalidade de encomenda, que é uma forma legítima de se buscar uma articulação de parceiros e com algum recurso, às vezes insuficiente para a realização de uma chamada, pois este universo, por muitas vezes, precisa de recursos mais significativos, e a encomenda que localiza a excelência em determinado lugar com a disposição de parcerias, é um instrumento legal por meio do qual as agências de fomento utilizam para desenvolver ações. Finalizou informando que é importante que os projetos tenham a avaliação adequada e o comum de fato, é que ocorram chamadas, com a devida transparência e competitividade, itens de extrema relevância para o CNPq e para as agências de fomento. Por fim informou que os arranjos de parceria são aprimorados neste caminho e é necessário reconhecer que por vezes a oportunidade precisa construir parcerias e localizar algum centro que possa responder aos problemas e desafios colocados. O Sr. Baptistucci reforçou o que foi explanado pela Sra. Maria e abre a palavra aos demais membros. Em seguida o Sr. Waldemar destacou a importância da escolha e da singularidade da ICT e explanou acerca da modalidade de encomenda. Falou também sobre tecnologia assistiva, que se trata de suma importância para as pessoas que necessitam, e visualizou que a modalidade encomenda poderá ser uma possível solução, levando em conta as questões apresentadas anteriormente. Complementando, o Sr. Felipe esclareceu que ao longo dos anos de existência o MCTI, principalmente nos últimos, tem colocado as chamadas públicas como primeira opção, e citou que de sete iniciativas em materiais avançados em nanotecnologia, seis delas tratava-se de chamadas públicas entre Finep e CNPq. No entanto, em alguns momentos poderá ser necessário utilizar a modalidade de encomenda. Informou ainda que a mobilização dos parceiros dispostos a investir financeiramente é um tema amplamente discutido em outras instâncias e será discutido também, no Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva e no Comitê Interministerial Para a Pessoa Com Deficiência, onde ocorrem periodicamente reuniões técnicas com os Ministérios para que as necessidades estejam refletidas neste projeto. Também ocorrem reuniões técnicas com as associações que representam as pessoas com deficiência visual, física, para que suas necessidades estejam endereçadas dentro do Centro. Reforçou que o princípio é utilizar sempre a chamada pública, no entanto, em algum momento poderá ser necessário a utilização de outros instrumentos disponíveis. Dando continuidade, o Sr. Mauro ressaltou que atualmente não estão sendo realizadas chamadas e ainda estão pendentes 70 milhões de chamadas já

realizadas, projetos aprovados que não foram liberados. Destacou ainda que existe escassez de recursos e reforçou que o Comitê não está discutindo um novo edital, e sim dois projetos que não foram avaliados por pares e nem por chamadas, visto isso, acredita ser uma mudança significativa de rumos. Em seguida, o Sr. Glaucius complementou a fala do Sr. Mauro dizendo que o Comitê está discutindo a criação de algo novo, onde o cenário atual é de ausência significativa de recursos para todo o restante da infraestrutura para pesquisa no país. Com relação à Implantação do Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras, questionou o fato de que existem outros centros capazes de realizar trabalhos similares, e também o fato de não existirem outros projetos comparativos, com uma análise comparativa detalhada, no entanto, entendeu a vontade em realizar este projeto, mas reforçou que o cenário atual conta com ausência significativa de recursos para o restante da infraestrutura de pesquisa no país e nesse sentido, pediu que fosse constado em ata, que se trata de um tema complexo, uma instituição relevante, com uma prática que é compreensível em um cenário com ampla disponibilidade de recursos, entendendo se tratar de um tema muito complicado, e destacou a importância de serem realizadas as encomendas. Dando continuidade, disse entender a vontade do Ministério em identificar um projeto importante e o cenário político, mas acredita que a prática da chamada deveria ser adotada para a criação deste tema específico para a criação do Centro Nacional de Tecnologias Assistivas do MCTI, grupos que se sintam qualificados podem ter 30 dias para apresentar uma carta proposta inicial, no qual contrapartidas institucionais e privadas possam ser itens de qualificação do projeto e que não comprometeria todo o sistema de ciência e tecnologia. Finalizou sua fala demonstrando certa preocupação, pois poderá ser utilizado o pouco recurso disponível para uma chamada pública para um centro específico. O projeto tem mérito, mas é algo novo e no atual o cenário de contenção de recursos vivido atualmente, considerou muito difícil passar. Afirmou que entende todo o contexto político, mas neste caso em particular, onde existem outros centros disponíveis, entendeu ser muito difícil apoiar este projeto na modalidade encomenda visto a atual abstenção de recursos para infraestrutura no país. O Sr. Baptistucci esclareceu que entende a visão dos membros do comitê, porém, ressaltou que, neste caso, a aprovação no comitê é uma aprovação de mérito e que posteriormente passará pelo CCF e CD/FNDCT e caso existam recursos disponíveis, será implementado. Prosseguiu falando acerca da questão da utilização do instrumento encomenda, onde a questão de tecnologias assistivas é uma pauta do MCTI desde a chegada do Ministro em 2019. Esclareceu que os técnicos do MCTI ficaram incumbidos de buscar algo que fizesse sentido para o país e com isso foi identificado na Universidade Federal de Uberaba esse projeto, do qual a participação do MCTI é uma fração e somente poderá acontecer por encomenda, pois só assim o MCTI poderá participar. Portanto, o instrumento da encomenda é neste caso, único em função do arranjo feito em torno desse projeto e que tem a participação dos demais órgãos do governo e iniciativa privada. Ressaltou que foram identificados outros projetos, no entanto, esse é o de maior sentido e com mais participação dos Ministérios afins e contribuição da iniciativa privada. Entendeu que os recursos são escassos para todos, mas deve haver algumas prioridades. Ressaltou que outras prioridades já estão sendo atendidas, dentre elas, destaca o fomento de bolsas, realizado pelo CNPq. Destacou que o Ministro tem priorizado algumas áreas, e está em busca de orçamento. A derrubada do veto foi articulada em conjunto com o Presidente da República, no entanto, existe muita pressão do Ministério da Economia e do setor econômico. Apesar do veto, o Ministro continuou trabalhando junto ao Presidente para que ele permitisse a derrubada do parágrafo terceiro, que daria um orçamento ao FNDCT, propiciando ao MCTI a continuidade de seus projetos em função da garantia do fluxo de orçamento. Retomou a questão do projeto e dizendo tratar-se de um dos projetos prioritários e a questão da encomenda é a forma que foi encontrada para aportar uma parte do recurso do projeto que é bastante importante dentre as prioridades estabelecidas pelo Ministério. Destacou que as outras prioridades vieram antes e somente no terceiro ano da gestão do Ministro é que foi contemplada uma parte do orçamento para este projeto, destacou que as demais prioridades foram asseguradas dentro da disponibilidade orçamentária vivenciada ano a ano, com redução de gastos nas atividades meio. Em seguida, o Sr. Baptistucci passou a palavra aos membros do comitê, e o Sr. Glaucius questionou se o tema poderia ser retirado de pauta, ou que as decisões sejam suspensas até que haja a confirmação da derrubada dos vetos e da disponibilidade orçamentária, pois diz estar preocupado com o quórum e a ausência de participação dos representantes do MEC, que até então haviam confirmado presença, e no entanto, não estão participando da reunião. Em seguida, o Sr. Yuri esclareceu que regimentalmente há condições de votar, visto que a reunião pode acontecer com metade mais um dos membros e a votação, com metade mais um dos presentes. Esclarecidos estes pontos, o Sr. Glaucius sugeriu que caso seja viável, as decisões poderiam ser tomadas em uma reunião extraordinária, a ser convocada quando os vetos tiverem sido decididos pelo Congresso Nacional e caso contrário, iria abster-se de votar. Dando continuidade, o Sr. Baptistucci esclareceu que este projeto só irá para frente em caso de disponibilidade orçamentária e disse que não vê muito sentido em retirar o item de pauta, visto que dentro das priorizações que foram dadas no MCTI desde o início da gestão, existem garantias de recursos para as prioridades da comunidade científica como um todo, e frisou que somente agora o MCTI está buscando a priorização das tecnologias assistivas. Com isso, informou que gostaria de manter a pauta apresentada. O Sr.

Glaucius disse entender o posicionamento do Sr. Baptistucci e em seguida, o Sr. Baptistucci informou que gostaria de dar continuidade à deliberação dos dois itens da pauta e colocar em deliberação as duas cartas propostas apresentadas, tendo em vista que há quórum necessário para a deliberação. Visto isso, o Sr. Glaucius Oliva, como representante da SBPC, solicitou que fosse registrado em ata, as seguintes recomendações: a) que os recursos do CT-Infra possam ser prioritariamente distribuídos na forma de editais; b) Bella BR: visto a abrangência e a importância de um compromisso anterior já assumido vota favorável (embora podendo ser compartilhado com os outros centros que apoiam a proposta); c) implantação do Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras, absteve-se do voto. Em seguida o Sr. Mauro se pronunciou dizendo que corrobora as palavras do Sr. Glaucius, ressaltando que os editais são importantes, destacando a importância de os membros terem acesso aos documentos que indicam a motivação das decisões e informou que isso seria muito importante. Disse estar preocupado com as disponibilidades de recursos neste momento com a queda substancial do CT-Infra, e com as propostas apresentadas. Acerca do Projeto do RNP falou que se trata de um projeto meritório, porém, acredita que deveria ser mais amplamente discutido com outros membros, e votou favorável ao projeto. Sobre o projeto de Implantação do Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras, informou que se trata de um tema fundamental, porém, faltou avaliação e solicitou a revisão de um especialista na área antes de emitir seu parecer, acompanhando o voto do Sr. Glaucius e se abstendo de votar. Na sequência, o Sr. Waldemar ressaltou a importância do CT-Infra e da infraestrutura de ciência e tecnologia, da universalidade dos editais que são de extrema importância, mas entendeu que o Ministério tem direcionado e priorizado alguns temas estratégicos. Em referência ao projeto da RNP falou que se trata de um projeto muito importante e votou favorável. Em referência ao projeto de tecnologias assistivas, acredita que a modalidade encomenda está apropriada e votou favorável à aprovação do mesmo. Em suma, votou favorável aos dois projetos na forma como foram apresentados. Na sequência, a Sra. Maria reforçou a recomendação que recursos do CT-Infra de modo prioritário, sejam feitos por meio de editais, chamadas, avaliação de pares, e se manifestou favorável à aprovação do mérito das duas propostas apresentadas, pelas razões já expostas. O Sr. Baptistucci votou favorável à aprovação dos dois projetos e ressaltou que ambos dependerão da aprovação do CCF, do Conselho Diretor do FNDCT e da disponibilidade de recursos para serem implantados, lembrou acerca da priorização dos projetos que já estão contratados e da continuidade destes projetos, mesmo havendo restrições orçamentárias. Lembrou também o descontinuidade do FNDCT, será um passo muito importante para destravar boa parte da ciência, tecnologia e inovações no país, e que daqui a algum tempo, a comunidade científica, a área de tecnologia e inovações estarão mais aptas a empreenderem. Ressaltou que a partir de 2022 todas as áreas já estejam preparadas, tendo em vista a disponibilidade de recursos, onde será mais fácil a atuação, por conta do prévio planejamento. Com a palavra ao Sr. Yuri, da CGGF informou que, encerrada a votação, foram aprovadas as duas propostas apresentadas: Bella BR com 5 votos favoráveis e Implantação do Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras com 3 votos favoráveis e 2 abstenções. **Assuntos Gerais:** O Sr. Yuri informou que esta foi uma reunião extraordinária, visto a urgência e os encaminhamentos subsequentes à consolidação das demais propostas e encaminhamento ao CCF, para posterior aprovação pelo CD/FNDCT. No entanto, informou que apesar de não estarem ocorrendo reuniões periódicas do CT-Infra, alguns tópicos precisam ser tratados e discutidos, quais sejam: os relatórios de acompanhamento anuais das ações do CT-Infra; auditorias com recomendações dos Comitês dos Fundos Setoriais e a revisão dos documentos base do Comitê que necessitam de ajustes (revisão dos documentos base do CT-Infra). Informou que deverá ocorrer uma reunião ordinária ao longo do ano para estes ajustes que se fazem necessários, e caso haja a derrubada do veto, deverá ocorrer outra reunião a fim de tratar do rol de projetos que serão apresentados na ocasião. O Sr. Glaucius sugeriu que estes documentos sejam disponibilizados previamente para que sejam analisados pelos membros do CT-Infra. O Sr. Yuri sugeriu também que as discussões sejam realizadas por e-mail ou grupo de WhatsApp. O Sr. Glaucius informou que na medida do possível, seria bom se antecipar às discussões com a carteira de projetos apresentados ao Comitê. Após essas colocações, o Sr. Baptistucci informou que o MCTI está preocupado em ver como o ME vai agilizar a questão orçamentária, visto que com a derrubada do veto, haverá uma necessidade de alteração da lei orçamentária que está em votação. Ponderou também, que na medida do possível, haverá a antecipação para organizar as reuniões do CT-Infra. Passada a palavra ao Sr. Yuri o qual informou aos membros do CT-Infra que a ata da reunião será elaborada e encaminhada aos respectivos e-mails. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a colaboração e participação de todos e declarou a reunião encerrada.

Carlos Alberto Flora Baptistucci
Presidente do CT-Infra

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Flora Baptistucci, Secretário-Executivo Adjunto**,



em 15/04/2021, às 18:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7040028** e o código CRC **333020A6**.

Referência: Processo nº 01250.021327/2018-73

SEI nº 7040028